



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 346209-5

COMARCA : Recife – 3ª Vara do Tribunal do Júri
AÇÃO ORIGINÁRIA : Nº. 0031213-56.2012.8.17.0001
RECORRENTE : Eltonjon Correa da Silva
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FRAGILIDADE DAS PROVAS PARA A PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I – Comprovados nos autos a materialidade e indícios de autoria, compete ao juiz monocrático submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, vez que, na presente fase processual, prevalece o princípio “*in dubio pro societate*”.

II – Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 346209-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Presidente


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 346209-5

COMARCA : Recife – 3ª Vara do Tribunal do Júri
AÇÃO ORIGINÁRIA : Nº. 0031213-56.2012.8.17.0001
RECORRENTE : Eltonjon Correa da Silva
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

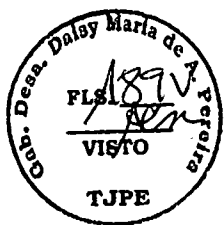
RELATÓRIO

Eltonjon Correa da Silva, vulgo “Gordo”, foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, observando-se as disposições da Lei nº 8.072/90.

Narra a denúncia que “no dia 10/04/2011, durante a madrugada, na Rua Estevão de Sá, em frente ao nº 11, nas proximidades do poste de iluminação pública nº 080396, Comunidade do Jacarezinho, Brasilit, Várzea, neste município, o denunciado, movido por intenso animus necandi, utilizando-se de arma de fogo, efetivou diversos disparos contra a pessoa de Leonardo Claudino da Silva, conhecido por “Fábio Pequeno”, provocando as lesões suficientes a seu óbito. Consta, ainda, que a vítima, morador de rua e viciado em drogas, havia adquirido substâncias entorpecentes ao acusado e, por não haver pago a dívida, foi por ele assassinado, resultando daí evidente a motivação torpe à prática do crime. A vítima não teve como esboçar qualquer forma de defesa, posto que se encontrava dormindo em via pública quando foi assassinada”.

Concluída a instrução criminal, o Juiz processante acolheu a denúncia, pronunciando o réu nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, submetendo o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, conforme decisão de fls. 158/159v.

Irresignado, o réu interpôs Recurso em Sentido Estrito (fls. 161), oferecendo razões recursais às fls. 162/166, pugnando por absolvição, alegando a fragilidade das provas para a pronúncia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

A Promotoria de Justiça respondeu ao recurso (fls. 169/171), pugnando pela manutenção da decisão recorrida.

O togado monocrático, na fase do art. 589, do Código de Processo Penal, em despacho de fls. 176, manteve a decisão de pronúncia ora recorrida, remetendo os autos a este Sodalício.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, às fls. 184/186v, ofereceu manifestação pugnando pelo improvimento do recurso.

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 12 de setembro de 2014.


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 346209-5

COMARCA : Recife – 3ª Vara do Tribunal do Júri
AÇÃO ORIGINÁRIA : Nº. 0031213-56.2012.8.17.0001
RECORRENTE : Eltonjon Correa da Silva
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

Insurge-se, o recorrente, contra a decisão de pronúncia, pugnando por absolvição, alegando que foi pronunciado sem ter havido indícios suficientes de materialidade e autoria.

A materialidade do delito é incontestante ante a perícia papiloscópica em local de crime (fls. 32/34), exame em local de homicídio (fls. 35/46), certidão de óbito (fls. 50), laudo tanatoscópico (fls. 51), e fotografias (fls. 19/20 e 52/54).

A autoria, por sua vez, apesar da negativa do réu em juízo (fls. 130 – mídia digital), restou demonstrada pelos depoimentos das testemunhas ouvidas no decorrer do sumário de culpa.

Consta dos autos que o acusado, no dia narrado na denúncia, movido por intenso *animus necandi*, fazendo uso de arma de fogo, efetuou vários disparos contra a vítima Leonardo Claudino da Silva, conhecido por “Fábio Pequeno”, ceifando-lhe a vida.

Note-se que a vítima era morador de rua e viciado em drogas, e havia adquirido substâncias entorpecentes ao acusado, e que, por não ter pago a dívida, foi assassinado.

Atente-se que o acusado Eltonjon Correa da Silva (Gordo), ao ser interrogado em juízo (fls. 130 – mídia digital), negou o crime a si imputado, alegando que se encontrava na sua residência no dia e hora em que se deram os fatos, no entanto, suas declarações se encontram totalmente divorciadas das provas colhidas dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

De outra parte, os depoimentos das testemunhas evidenciam a autoria do acusado, senão vejamos.

Maria Cláudia Souza da Silva, moradora de uma das residências localizadas na rua onde aconteceu o crime, por ocasião do inquérito (fls. 28), e em juízo (fls. 120 – mídia digital), afirmou ter ouvido, durante a madrugada, disparos de arma de fogo e, no dia seguinte, tomou conhecimento pelos vizinhos que “Fábio Pequeno” tinha sido assassinado por envolvimento com drogas.

Ana Cristina Carolina da Silva, ao ser ouvida perante a autoridade policial (fls. 30/31), afirmou:

“(…) que a depoente reside ao lado do local onde se deu o fato em que figurou como vítima a pessoa conhecida por “Fábio Pequeno”; que a depoente conhecia a vítima de vista, sendo esta envolvida com drogas, roubos e furtos na localidade; (...); que no momento do fato a depoente estava em sua residência assistindo televisão, no período da madrugada, quando escutou três disparos de arma de fogo; (...); que no outro dia os vizinhos comentavam que houve um assassinato ao lado da residência da depoente; que a depoente afirma que a vítima foi reconhecida no local do fato como sendo “Fábio Pequeno”; que é do conhecimento da depoente que “Fábio Pequeno” foi assassinado em virtude do seu envolvimento com drogas; que é do conhecimento da depoente que o autor do fato foi a pessoa conhecida por GORDO, onde na comunidade, todos comentam este fato; que afirma que GORDO é o comandante de uma boca de fumo da localidade; que todos sabem e comentam que GORDO foi o autor do crime apurado neste procedimento, porém as pessoas temem represálias, tendo em vista que o mesmo é uma pessoa perigosa envolvida em outros homicídios; que a depoente reafirma que o motivo do crime foi acerto de contas por dívida de drogas; que a depoente afirma que sempre GORDO aparece na localidade, porém não reside lá; que existe pessoas que trabalham para GORDO vendendo drogas; que a depoente afirma que houve outros homicídios na localidade praticados por GORDO no corrente mês, porém a depoente não sabe declinar os nomes das vítimas; que a depoente diz que as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

motivações dos homicídios praticados por GORDO sempre tem relação com o tráfico de drogas; (...)".

Ao ser reinquirida (fls. 65), Ana Cristina Carolina da Silva ratificou suas declarações prestadas às fls. 30/31, confirmando que todos temem represálias na comunidade, pois o acusado é muito perigoso.

Em juízo (fls. 120 – mídia digital), Ana Cristina Carolina da Silva confirmou seus depoimentos prestados no inquérito, asseverando que a vítima era dependente de drogas ilícitas e que, em decorrência do vício, contraiu dívidas que não foram pagas, sendo esta a motivação do crime. Disse, ainda, que o acusado é pessoa bastante temida na comunidade, havendo comentários de que é traficante de drogas e ter envolvimento em homicídios, podendo ter inclusive amedrontado as testemunhas ouvidas em juízo.

Vera Lúcia Claudino da Silva, tia da vítima, por ocasião do inquérito (fls. 48/49), e em juízo (fls. 120 – mídia digital. Reinquirida às fls. 130 – mídia digital), informou que o crime foi motivado por drogas, pois a vítima tinha desavença com vários traficantes e que segundo comentários correntes na comunidade, o autor do delito foi um tal de “Gordo”.

José Delfino da Silva Neto, ao ser ouvido perante a autoridade policial (fls. 66/68), relatou vários homicídios praticados por Eltonjon Correa da Silva (Gordo), entre eles o cometido contra “Fábio Pequeno”. Asseverou:

“(...) que teme porque se ELTON souber que ele citou seu nome, pode sofrer represálias, pois ele é muito temido na comunidade; que ELTON já matou várias pessoas, ele quando aparece na comunidade é para matar, mas ele não vive por lá e ninguém sabe onde encontrá-lo; que tem conhecimento que ELTON já matou um rapaz conhecido por “Fábio Pequeno” em abril de 2011; (...)”.

Mário Fernando Farias Cavalcanti, ao ser ouvido perante a autoridade policial (fls. 55/56), relatou, além de outros crimes praticados por Eltonjon Correa da Silva (Gordo), o crime narrado na denúncia. Reconheceu fotograficamente o apelante, afirmando, sem sombra de dúvidas, se tratar do traficante conhecido por “Gordo”. Asseverou:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

"(...) que GORDO já cometeu outros homicídios, um deles foi contra Rubens, mais conhecido por "Boy", e também matou um menino conhecido por "Fábio Pequeno", morador de rua, no beco da morte, no Brasilit; (...)".

Em juízo (fls. 120 – mídia digital. Reinquirido às fls. 130 – mídia digital), Mário Fernando Farias Cavalcanti confirmou suas declarações prestadas no inquérito.

Iohana Flávia Pereira da Mota, ao ser ouvida na fase inquisitorial (fls. 61/62), relatou, além de outros crimes praticados por Eltonjon Correa da Silva (Gordo), o crime narrado na denúncia. Reconheceu fotograficamente o apelante, afirmando, sem sombra de dúvidas, se tratar do traficante conhecido por "Gordo". Asseverou:

"(...) que também tem conhecimento que ELTON ou GORDO, pois muitos conhecem ele pelo apelido, matou um rapaz lá em Brasilit, conhecido por "Fábio Pequeno"; (...)".

Em juízo (fls. 120 – mídia digital), Iohana Flávia Pereira da Mota confirmou suas declarações prestadas no inquérito.

Examinando detidamente o conjunto probatório constata-se, diversamente do que foi afirmado pelo recorrente, que emergem dos autos PROVAS contundentes da autoria do acusado no evento delituoso. Restando apenas em favor do ora recorrente sua negativa de autoria, a qual se encontra, absolutamente, isolada das demais provas ali contidas, o que afasta a possibilidade da impronúncia vindicada na presente irresignação, não se olvidando que na fase de admissibilidade da acusação vigora o *princípio in dubio pro societate*, devendo ser mantida a decisão vergastada a fim de que o réu seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Com efeito, é inegável a existência nos autos de provas lícitas, concatenadas e judicialmente produzidas, as quais dão amparo e fundamento suficientes para sustentar a decisão de pronúncia. Ademais, não há a necessidade de certeza absoluta para que haja a decisão de pronúncia, pois, diferentemente do que ocorre com a sentença condenatória, enquanto esta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

julga o mérito da acusação, aquela apenas revela cabível a admissibilidade da acusação, remetendo-se o julgamento do mérito ao Tribunal do Júri, o qual tem a competência, constitucionalmente fixada, para julgar os crimes dolosos consumados ou tentados contra a vida.

Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“(...) III. Não há qualquer ilegalidade na decisão monocrática de pronúncia, tampouco no acórdão que a manteve, os quais expuseram, nos exatos termos da lei, um mero juízo de admissibilidade da acusação, assim como determina o Código de Processo Penal.

IV. Somente quando evidente a inexistência de crime ou a ausência de indícios de autoria – em decorrência de circunstâncias demonstradas de plano e estreme de dúvidas – pode o magistrado julgar improcedente a pretensão punitiva, deixando de pronunciar o réu, pois eventuais dúvidas sobre tais circunstâncias deverão ser dirimidas apenas pelo Tribunal do Júri.

V. Tendo o Julgador monocrático evidenciado a existência do homicídio, mencionando o laudo de exame necroscópico, assim como a possível participação do paciente no fato delituoso, com base nos indícios dos autos, não há ilegalidade na sentença de pronúncia.

VI. Ordem parcialmente conhecida e denegada. (Habeas Corpus nº 41765/SP, Quinta Turma, Relator Min. Gilson Dipp, publicada no DJ de 19.09.2005).

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso**, mantendo a Decisão de Pronúncia em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora